

# Contas positivas em junho

BRASÍLIA — O governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) obteve um superávit primário — receitas maiores que despesas, exceto juros — de R\$ 3,6 bilhões em junho. O resultado foi auxiliado pelo ingresso de R\$ 2,4 bilhões em receitas de concessão do sistema Telebrás e de R\$ 311 milhões de repasses de depósitos judiciais contra a cobrança de contribuições previdenciárias. Pelo lado das despesas, o governo transferiu para julho o adiantamento do décimo terceiro salário dos servidores, ou cerca de R\$ 450 milhões. Esta mudança foi decidida no final do ano passado.

No primeiro semestre, o resultado do governo central foi superavitário em R\$ 12,274 bilhões. No acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, a meta era a de conseguir um superávit primário de R\$ 12,883 bilhões em todo o setor público (governo central, estados e municípios e empresas estatais) entre janeiro e junho. Portanto, basta que estes dois últimos grupos apresentem um resultado positivo de R\$ 609 milhões para que a meta seja cumprida. Em junho, o governo central arrecadou R\$ 17,970 bilhões e gastou R\$ 14,369 bilhões.

O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, explicou que as receitas de concessão do sistema Telebrás atingiram R\$ 6,2 bilhões até junho. Em março, quatro empresas anteciparam uma parcela do pagamento que deveria entrar no ano que vem e, em junho, anteciparam uma parcela que deveria entrar em agosto. O governo ainda deverá receber R\$ 5 bilhões de concessões no ano que vem.

O repasse dos depósitos judiciais relativos à cobrança de contribuições previdenciárias reduziu o déficit da Previdência de R\$ 633 milhões para R\$ 322 milhões em junho. Este montante de redução refere-se ao estoque dos depósitos judiciais. Portanto, para os próximos meses, o fluxo normal deste repasse deve se estabilizar em torno de R\$ 40 milhões. Desde janeiro, o governo vem recebendo os depósitos judiciais relativos a impostos e contribuições arrecadados pela Receita Federal. A expectativa é receber, com este último grupo de depósitos, R\$ 1,5 bilhão este ano. Até o ano passado, o governo esperava ganhar a ação na Justiça para recolher os depósitos. Agora, está optando por devolver o que foi gasto em caso de fracasso na Justiça. (S.M.)